

**OBSERVATÓRIO DE GASTOS PÚBLICOS: INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA  
PARA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E CONTROLE SOCIAL NA PARAÍBA**

**RAYSSA MENDES DE SOUZA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

**ANDRIELLY CHRISTINE SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

**HORTÊNCYA VYTÓRYA ALVES DE LIMA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

**FERNANDO JOSE VIEIRA TORRES**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

**MARIA DANIELLA DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

# OBSERVATÓRIO DE GASTOS PÚBLICOS: INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA PARA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E CONTROLE SOCIAL NA PARAÍBA

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado consideravelmente no campo da transparência pública. A aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a criação de portais de dados abertos e o fortalecimento de instituições de controle externo contribuíram para ampliar a visibilidade sobre o uso dos recursos públicos. No entanto, esses avanços institucionais não têm, por si sós, garantido o engajamento cidadão nem o fortalecimento do controle social. Como observaram Almeida e Zardo (2020), o simples acesso aos dados públicos não implica automaticamente em sua apropriação crítica: é preciso desenvolver capacidades sociais para transformar informação em ação.

Esse desafio se agrava em contextos territoriais marcados por desigualdades estruturais, baixa escolaridade e ausência de uma cultura cívica consolidada. No estado da Paraíba, por exemplo, é comum encontrar cidadãos — inclusive estudantes universitários de cursos voltados à gestão pública — que desconhecem o funcionamento orçamentário de seus próprios municípios. Isso revela uma lacuna formativa relevante: o distanciamento entre a sociedade e o orçamento público, que compromete o exercício pleno da cidadania fiscal e a possibilidade de corresponsabilidade democrática na gestão de recursos.

A emergência do paradigma da Nova Gestão Pública (NGP), a partir de 1990, redefiniu expectativas em relação ao Estado, transferindo para os cidadãos não apenas o papel de usuários de serviços, mas também o de coavaliadores da ação pública. A ênfase na eficiência, na prestação de contas e na transparência influenciou fortemente a arquitetura institucional do setor público brasileiro. No entanto, apesar dos avanços normativos e tecnológicos, a efetivação da *accountability* social permanece um desafio. Como destacaram Cardoso e Silva (2020), não basta dispor de dados — é necessário formar sujeitos capazes de interpretá-los e utilizá-los de forma crítica e propositiva.

Mais do que o volume de recursos investidos, a qualidade do gasto público tem se revelado um fator determinante para a satisfação democrática e para a confiança da população nas instituições (Geissel et al., 2024). Estudos recentes demonstraram que gastos percebidos como justos, eficazes e voltados ao bem comum têm maior impacto positivo na legitimação do Estado, especialmente em democracias em consolidação. Ademais, há evidências robustas de que o investimento público, quando orientado para áreas sociais, como educação e saúde, tem efeito redistributivo direto na redução das desigualdades (Mardones et al. (2024)).

No contexto da descentralização fiscal brasileira, os municípios assumiram protagonismo na aplicação dos recursos públicos, o que amplia a necessidade de mecanismos de controle social e da qualificação do cidadão para o monitoramento da gestão local. Como argumentou Ramos (2023), sem ações educativas que estimulem o letramento em finanças públicas e a apropriação crítica dos dados, a transparência tende a permanecer formal e pouco efetiva. Iniciativas como o Observatório de Gastos Públicos se alinham a essa agenda ao promover práticas pedagógicas voltadas à análise crítica dos gastos municipais, fomentando uma cultura de integridade territorializada.

É nesse cenário que a universidade pública assume um papel estratégico. Mais do que formar profissionais técnicos, ela pode operar como catalisadora de transformações sociais, especialmente quando articula ensino, pesquisa e extensão em diálogo com os desafios concretos dos territórios. A extensão universitária crítica, nesse sentido, ganha relevância ao propor práticas pedagógicas que vão além da sala de aula e da transmissão de conteúdos, promovendo experiências formativas baseadas na problematização da realidade e na atuação cidadã (Da Silva et al., 2020; Zeluiz, 2021).

A experiência do projeto “Observatório de Gastos Públicos Paraibanos”, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), insere-se nesse esforço. Criado em 2023, o projeto reúne docentes, discentes, escolas públicas, órgãos de controle (como a CGU e o TCE-PB), veículos de comunicação e instituições parceiras com o objetivo de formar cidadãos capazes de analisar criticamente os gastos públicos de seus municípios. A partir da análise de dados reais — como diárias, emendas parlamentares e compras públicas — o Observatório promove oficinas, pesquisas aplicadas, produção de conteúdo digital e articulação interinstitucional, estimulando o protagonismo juvenil e o engajamento social em torno da integridade pública.

A iniciativa dialoga com os modelos de inovação baseados em hélices. Embora ainda não conte com a participação ativa do setor empresarial — o que impede sua inserção plena na Tríplice Hélice —, o projeto se estrutura a partir da cooperação entre universidade, governo e sociedade civil organizada, elementos centrais da Quádrupla Hélice. Além disso, ao abordar desigualdades regionais, déficits de integridade e desafios do desenvolvimento sustentável em territórios vulneráveis, aproxima-se conceitualmente da lógica da Quintupla Hélice (Carayannis & Campbell, 2009; Carayannis et al., 2012). Em outras palavras, trata-se de uma experiência que, embora não configure um ecossistema de inovação tradicional, opera como um ambiente de aprendizagem social, coprodução de conhecimento e fortalecimento democrático.

Este artigo aplicado tem por objetivo apresentar o contexto que motivou a criação do projeto, o diagnóstico que embasou sua proposta de intervenção, as frentes de atuação desenvolvidas, os resultados já alcançados e as contribuições geradas. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o debate sobre o papel das universidades na promoção da integridade pública, na qualificação do controle social e na construção de uma cidadania fiscal ativa, crítica e comprometida com o interesse público.

## **2. CONTEXTO INVESTIGADO**

A consolidação de uma cultura de transparência pública e controle social depende não apenas da existência de marcos legais ou da oferta de plataformas digitais com dados governamentais, mas também das condições políticas, institucionais e socioculturais dos territórios onde essas ferramentas são implementadas. No Brasil, embora tenham ocorrido avanços importantes a partir da década de 2000 — com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a institucionalização de portais de dados abertos —, os efeitos dessas medidas são profundamente assimétricos em nível subnacional (Abrucio; Loureiro; Pinho, 2021).

O estado da Paraíba expressa bem esse paradoxo. Localizado na região Nordeste e com 223 municípios, apresenta um dos mais elevados índices de desigualdade entre capitais e cidades do interior, tanto em termos econômicos quanto em acesso à informação qualificada (IBGE, 2022). De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, cerca de 70% dos municípios paraibanos possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) inferior à média nacional, refletindo dificuldades crônicas no acesso à educação, renda e saúde (PNUD, 2020). Essa realidade compromete diretamente as capacidades da população em exercer sua cidadania fiscal e participar de forma ativa do acompanhamento das contas públicas.

Além das limitações socioeconômicas, observa-se na Paraíba a presença de estruturas institucionais de controle que, embora robustas, ainda carecem de mecanismos efetivos de aproximação com a sociedade. O Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) e o Painel de Acompanhamento da Gestão (PAG), ambos desenvolvidos e mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), disponibilizam informações detalhadas sobre empenhos, licitações, contratações e despesas municipais. No entanto, esses dados, ainda que públicos, são pouco acessados por cidadãos comuns, professores da rede básica e até mesmo por estudantes universitários de cursos como

Administração Pública, Gestão Pública, Contabilidade e Direito. Isso reforça o argumento de que a transparência, isoladamente, não é sinônimo de *accountability* (Michener; Contreras, 2021).

Ademais, a cultura cívica local é marcada por práticas clientelistas e por uma tradição de baixa participação social nos instrumentos de planejamento e orçamento participativo. Segundo pesquisa do IPEA (2021), menos de 10% dos municípios nordestinos possuíam conselhos de transparência atuantes, e menos de 4% desenvolviam ações contínuas de formação em educação fiscal para o público escolar. Isso revela um campo fértil para intervenções de natureza pedagógica que articulem o acesso aos dados com estratégias formativas, capazes de promover uma apropriação crítica das informações públicas.

A literatura contemporânea sobre gestão pública reforça que a transparência precisa ser combinada a mecanismos de aprendizagem institucional para gerar impactos efetivos. Bracci et al. (2024), ao analisarem como os dados contábeis podem subsidiar decisões públicas mais eficientes, argumentam que o simples volume de informações disponíveis não gera mudanças se não houver capacidade organizacional e interpessoal para utilizá-los. Isso é particularmente relevante em territórios com baixo capital humano e baixo investimento em inteligência institucional.

Além disso, estudos recentes apontam que a qualidade do gasto público — e não apenas sua quantidade — deve ser priorizada nas estratégias de avaliação. Segundo Zhan et al. (2024), governos locais tendem a repetir padrões ineficientes de alocação orçamentária quando não há pressão social estruturada nem incentivos técnicos para inovar. A ausência de avaliação sistêmica do ciclo de gasto impede a detecção precoce de desvios, sobrepreço ou baixa efetividade das políticas públicas, o que afeta principalmente populações em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o diagnóstico que sustenta o Observatório de Gastos Públicos considera não apenas a opacidade dos dados, mas também a falta de capacidades críticas da sociedade para agir sobre esses dados. Como destacado por Collard et al. (2025), a noção de *accountability* horizontal precisa ser complementada com *accountability* cidadã: um modelo que combina engajamento social, capacitação técnica e autonomia institucional para gerar efeitos redistributivos e restaurar a confiança pública. Isso é particularmente importante em democracias de baixa densidade institucional, como é o caso de boa parte dos municípios nordestinos.

A iniciativa do Observatório de Gastos Públicos buscou atuar nesse ponto cego entre informação e ação. Seu diagnóstico parte da constatação de que, mesmo entre os setores educacionais e acadêmicos, há pouco domínio prático sobre execução orçamentária, classificação funcional das despesas, indicadores fiscais e uso estratégico das ferramentas disponíveis nos portais de transparência. Sem essa base técnica, é difícil romper com a superficialidade das discussões públicas sobre gastos públicos, que frequentemente se limitam a indignações genéricas sem proposta de ação.

Por isso, o projeto propõe uma pedagogia da *accountability* que vai além da denúncia. A ideia é cultivar, sobretudo entre jovens estudantes da rede pública e universitários, competências analíticas e éticas para monitorar, interpretar e comunicar achados sobre os gastos públicos municipais. Isso converge com a tese de Bel et al. (2025), que argumentam que políticas públicas só se tornam mais equitativas quando são compreendidas e cobradas por quem delas depende. Ou seja, o investimento em formação cidadã para leitura orçamentária é um mecanismo redistributivo em si mesmo.

Ao articular discentes, docentes, gestores públicos, órgãos de controle, escolas da educação básica e veículos de comunicação, o Observatório busca preencher uma lacuna estrutural: a ausência de espaços permanentes de coprodução de conhecimento público. Mais do que uma iniciativa acadêmica, trata-se de um arranjo institucional inspirado nas lógicas da

inovação social e do engajamento cidadão, que reconhece a universidade como um ator capaz de operar transformações na gestão pública por meio da extensão crítica (Ramos; Albuquerque, 2022; Da Silva et al., 2020).

Por fim, a relevância dessa proposta se acentua diante da agenda internacional de governança democrática e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere ao ODS 16, que trata de instituições eficazes, responsáveis e transparentes. Como reforça a OCDE (2018), governos abertos requerem cidadãos capacitados a interpretar, questionar e cocriar políticas públicas. Iniciativas como o Observatório dialogam diretamente com essa concepção, ao fomentar competências cidadãs em territórios vulnerabilizados e contribuir para uma cultura de integridade construída de baixo para cima.

### **3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Apesar do arcabouço jurídico que respalda a transparência e o controle social no Brasil — com destaque para a LAI, a obrigatoriedade de portais da transparência e a expansão da base de dados governamentais — ainda se observa um hiato entre a disponibilização de informações públicas e sua apropriação crítica por parte da população, especialmente em territórios periféricos. Esse descompasso é particularmente visível nas escolas públicas, onde temas como orçamento público, compras governamentais e integridade fiscal são abordados de forma pontual, descontextualizada e, muitas vezes, por iniciativa individual de professores, e não como parte de uma política curricular estruturada (Fenner; Visentini; Smolski, 2022).

Em unidades escolares de municípios com baixos indicadores socioeconômicos, como ocorre em boa parte da Paraíba, observa-se uma carência crônica de formação e de recursos didáticos voltados ao ensino da cidadania fiscal. Docentes relatam insegurança para trabalhar conteúdos relacionados ao controle de gastos públicos, frequentemente por falta de domínio técnico ou desconhecimento sobre como acessar e interpretar painéis de dados governamentais (Licório; Pereira; Duarte, 2023). Além disso, a ausência de diretrizes claras para o tratamento pedagógico da temática contribui para sua marginalização no processo educativo formal.

Embora programas como o de Educação Fiscal da Receita Federal tenham se expandido nas últimas décadas, ainda se deparam com obstáculos significativos para sua institucionalização. Em muitos casos, sua aplicação depende da mediação de universidades e órgãos de controle, por meio de projetos temporários e não permanentes, dificultando a criação de uma cultura escolar voltada ao monitoramento da coisa pública (Magalhães; Coelho, 2023). Mesmo nas universidades, os cursos de Administração Pública, Gestão Pública e Ciências Contábeis nem sempre abordam de maneira prática o funcionamento do ciclo orçamentário, limitando-se a uma abordagem normativa que pouco dialoga com a realidade local.

Dados levantados pelo projeto “Observatório de Gastos Públicos Paraibanos”, com base em oficinas realizadas entre 2023 e 2024, revelaram que a maioria dos estudantes universitários participantes nunca havia acessado um portal de transparência, tampouco conhecia as funcionalidades do SAGRES ou do Painel de Acompanhamento da Gestão, mantidos pelo TCE-PB. Esse cenário aponta não apenas para um déficit informacional, mas para um problema formativo mais profundo, que afeta inclusive os futuros profissionais da área pública (Ramos, 2023).

Outro entrave relevante diz respeito à linguagem e usabilidade das ferramentas digitais de transparência. Estudos recentes mostram que a maior parte dos portais ainda privilegia uma lógica técnico-burocrática, dificultando sua compreensão por cidadãos comuns, especialmente aqueles com menor escolaridade (Siqueira; Bermejo; Silva, 2024). A ausência de elementos visuais amigáveis, de glossários explicativos e de exemplos contextualizados reduz o potencial desses sistemas como instrumentos de participação social qualificada.

O diagnóstico é ainda mais crítico quando se considera a articulação interinstitucional. Em muitos territórios, não há integração entre universidades, escolas, conselhos de controle social, imprensa local e instituições de fiscalização. Essa fragmentação compromete a capacidade de gerar inteligência coletiva e de promover processos formativos integrados. Como apontam Guglielmin et al. (2024), a governança fiscal e a cidadania ativa só se fortalecem quando há construção de redes colaborativas entre atores institucionais e sociais em torno da análise dos gastos públicos.

Estudos internacionais também reforçam a importância de práticas educativas voltadas à compreensão do orçamento público. Mares et al. (2024) demonstram que intervenções formativas com dados orçamentários reais, aplicadas em escolas de regiões vulneráveis, aumentam significativamente o engajamento político e a confiança institucional de jovens, além de sua capacidade de compreender os *trade-offs* das políticas públicas.

Somado a isso, Pimenta e Lozano (2024) destacam que a assimetria de informações entre gestores e cidadãos contribui para o reforço de práticas clientelistas, perpetuando a dependência da população a lideranças locais e limitando a capacidade crítica diante do uso inadequado dos recursos públicos.

Por fim, vale destacar que, apesar da existência de legislações e plataformas de dados, os investimentos públicos em capacitação cidadã ainda são residuais. Como observa Barbosa et al. (2025), países que alocam recursos em educação fiscal integrada ao ensino básico e médio colhem melhores resultados em termos de *accountability* social e redução de práticas corruptas. Isso reforça a urgência de ações estruturantes, interdisciplinares e territorializadas, como as desenvolvidas pelo Observatório.

#### **4. INTERVENÇÃO PROPOSTA**

A proposta de intervenção desenvolvida pelo Observatório de Gastos Públicos Paraibanos consiste na realização de um programa formativo voltado à promoção da cidadania fiscal e do controle social junto a estudantes do ensino médio da rede pública. O foco recai na apropriação crítica de dados públicos extraídos de plataformas como o SAGRES e o PAG, mantidas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Trata-se de uma estratégia educativa inovadora que integra os campos da educação fiscal, análise orçamentária e engajamento cívico, com base na articulação entre universidade, escola e sociedade civil.

O modelo metodológico está estruturado em quatro frentes articuladas: (i) formação teórico-crítica sobre finanças públicas e orçamento público; (ii) oficinas práticas de navegação, filtragem e interpretação de dados orçamentários; (iii) desenvolvimento de projetos de análise local sobre gastos governamentais com apoio de mentoria; e (iv) produção de conteúdos digitais e devolutivas públicas às comunidades escolares. Essa abordagem busca transformar os dados abertos em instrumentos pedagógicos e cívicos, apropriados por sujeitos historicamente marginalizados do debate sobre políticas públicas.

A proposta também se ancora na concepção de extensão universitária como ação transformadora, que articula conhecimento técnico e saberes populares. Segundo Baldissera e Asta (2020), as universidades precisam romper com a lógica de extensão assistencialista e construir práticas dialógicas, que reconheçam os sujeitos do território como cocriadores do conhecimento. Nesse sentido, o Observatório propõe uma metodologia que respeita a diversidade sociocultural das comunidades escolares e se orienta pela escuta ativa, pela coautoria de soluções e pela valorização do contexto local como campo legítimo de aprendizagem e inovação.

Diferentemente de ações pontuais, o projeto propõe um ciclo formativo contínuo com base nas diretrizes da extensão crítica e das metodologias ativas. O diálogo entre saberes acadêmicos, escolares e comunitários é valorizado como elemento central para a construção de

uma aprendizagem significativa (Lima et al., 2021). Assim, são adotadas estratégias como estudos de caso, rodas de conversa, trilhas investigativas e elaboração de dossiês escolares, conforme orientações pedagógicas contemporâneas para a promoção da educação cidadã com base territorial.

Outro diferencial da intervenção está na capacitação dos docentes da educação básica, que participam de oficinas e laboratórios de formação para incorporar os conteúdos de cidadania fiscal em seus planejamentos regulares. Essa ação atende à necessidade de institucionalização da educação fiscal como política educacional estruturante, superando a lógica de projetos eventuais. Como defendem Batista et al. (2022), o engajamento de professores é crucial para garantir a sustentabilidade e a escalabilidade de ações formativas voltadas ao uso social de dados públicos.

Do ponto de vista didático, o uso de painéis interativos e bases abertas estimula a aprendizagem por meio de problemas reais e fortalece a autonomia dos estudantes na busca e análise de informações. A mediação universitária cumpre aqui um papel estratégico de “tradutora técnica” dos dados orçamentários, promovendo um ambiente horizontal de construção do conhecimento, com foco em protagonismo juvenil e desenvolvimento da criticidade. Tal proposta dialoga com a concepção de “cidadania baseada em dados” (data-driven citizenship), conforme analisado por Aivazidou et al. (2024), que propõem o uso pedagógico de dados públicos para fomentar competências democráticas e engajamento social.

Em nível institucional, a intervenção está ancorada na lógica da Quádrupla Hélice, ao integrar universidade, governo e sociedade civil (especialmente escolas públicas e veículos de comunicação). Embora a iniciativa privada ainda não componha o arranjo atual, a proposta abre espaço para sua futura incorporação, aproximando-se do modelo da Quíntupla Hélice, ao incluir também dimensões ambientais e de desenvolvimento sustentável como parte do ecossistema de inovação democrática (Carayannis et al., 2012).

Por fim, o projeto mantém uma presença ativa nas redes sociais, com destaque para o perfil no Instagram (em virtude das regras de submissão não divulgaremos), onde são compartilhados conteúdos formativos, dados públicos, reflexões e registros das atividades desenvolvidas. Essa atuação digital complementa os esforços presenciais e fortalece o engajamento com diferentes públicos, especialmente jovens. A iniciativa também conta com o apoio da Rede Paraíba de Comunicação, que tem colaborado na divulgação das ações por meio de rádios, portais e emissoras locais, ampliando significativamente o alcance institucional do Observatório. Essa articulação com meios de comunicação reforça o compromisso do projeto com a transparência, a educação cidadã e o enfrentamento à corrupção desde a base, ao mesmo tempo em que estimula uma cultura pública de integridade. Os resultados e impactos serão monitorados por meio de registros de participação, avaliações das oficinas e relatos reflexivos dos participantes, permitindo ajustes iterativos e a melhoria contínua da ação extensionista.

## **5. RESULTADOS OBTIDOS**

Desde sua criação, em 2023, o projeto “Observatório de Gastos Públicos Paraibanos” tem demonstrado potencial para integrar ensino, pesquisa e extensão em torno de uma agenda voltada à cidadania fiscal, à formação crítica de estudantes e ao fortalecimento do controle social. Trata-se de uma iniciativa que, mesmo em estágio inicial, já apresenta resultados relevantes, tanto no campo acadêmico quanto na esfera social.

No eixo formativo, destaca-se a realização de oficinas com estudantes universitários voltadas ao entendimento do orçamento público, ao uso de dados governamentais e à aplicação de ferramentas como o software R e a metodologia da Análise Envoltória de Dados (DEA). A introdução desses conteúdos visou qualificar o olhar técnico dos participantes para a avaliação da eficiência dos gastos públicos, com foco nos municípios paraibanos. As formações vêm

sendo enriquecidas por facilitadores internos e externos, como o professor da UFCG, responsável pela oficina “Análise Básica de Dados em Finanças Públicas”; o pesquisador da UFRN, que conduz a capacitação em DEA; e o auditor federal da CGU, que ministra a oficina “O papel da CGU na sociedade”, com foco no controle social e no enfrentamento à corrupção. A literatura recente tem destacado a importância de desenvolver abordagens baseadas em dados para monitorar políticas públicas e identificar ineficiências, sobretudo em contextos federativos com alta desigualdade (MARDONES et al., 2024; COUTINHO et al., 2024).

No campo da pesquisa aplicada, o projeto produziu estudos que evidenciaram disfunções na gestão de recursos públicos. Um dos trabalhos analisou as emendas parlamentares destinadas à Paraíba no exercício de 2023, apontando baixa alocação em áreas sensíveis como educação e saneamento, além da atuação inexpressiva de parte da bancada federal. Outra investigação estimou o custo de manutenção de um vereador em João Pessoa, revelando ausência de transparência em dados sobre cargos comissionados e verbas de gabinete. Outras quatro pesquisas estão em andamento, abordando temas como emendas PIX, concessão de diárias em câmaras municipais, gastos com festas em municípios vulneráveis e o custo efetivo de parlamentares federais.

Essas produções dialogam com estudos internacionais sobre ineficiência do gasto público e distorções políticas na alocação orçamentária. De acordo com Dias e Liberato (2024), a ausência de mecanismos robustos de *accountability* em contextos locais facilita decisões orçamentárias voltadas a interesses particulares ou simbólicos, com pouco retorno social. O uso de ferramentas analíticas por meio de projetos universitários, como o Observatório, pode funcionar como um contrapeso democrático a essas práticas.

No eixo institucional, o projeto consolidou importantes articulações com órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público da Paraíba (MPPB). Essas parcerias se materializaram por meio de visitas técnicas, encontros interinstitucionais e pela participação ativa na organização do evento “Empodera” — iniciativa promovida pelo MPPB em parceria com diversas instituições públicas. Voltado à formação de agentes de controle social, o Empodera oferece oficinas presenciais, atividades pedagógicas e capacitações online direcionadas a estudantes, professores, jornalistas, conselheiros e vereadores, com o propósito de fortalecer a cidadania fiscal e incentivar a fiscalização das políticas públicas em nível municipal. A participação na etapa de João Pessoa reforçou a legitimidade do Observatório, ampliando seu alcance formativo e reafirmando o papel estratégico da universidade como mediadora entre o saber técnico e a atuação cidadã, em consonância com o que propõem Campos et al. (2024).

Entre as ações concretas desenvolvidas nesse eixo, destacam-se duas visitas técnicas com foco formativo. A primeira foi realizada no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), onde estudantes do curso de Gestão Pública da UFPB visitaram o Espaço Cidadania Digital e assistiram à palestra “Tecnologia da Informação no auxílio do controle externo”, na qual foram apresentadas ferramentas digitais utilizadas pelo tribunal para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais. A segunda visita ocorreu na unidade regional do Tribunal de Contas da União (TCU) na Paraíba, proporcionando aos estudantes a oportunidade de acompanhar a palestra “A atuação do TCU em benefício da sociedade” e aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de controle externo em nível federal.

Complementando essas ações, o Observatório também promoveu uma palestra com o fiscal de tributos da Prefeitura Municipal de Sapé/PB, intitulada “Atuação do fiscal de tributos municipais: desafios e perspectivas”. A atividade proporcionou uma visão prática sobre a rotina e os desafios enfrentados na fiscalização tributária em nível local, contribuindo para estreitar o vínculo entre o conhecimento acadêmico e a realidade institucional.

No aspecto comunicacional, o projeto se valeu de estratégias acessíveis para divulgar suas análises e resultados. Conteúdos foram veiculados nas redes sociais e em veículos da

imprensa local, com apoio da Rede Paraíba de Comunicação. Relatórios técnicos também foram encaminhados a instituições de controle, com o objetivo de subsidiar ações fiscalizatórias e fomentar o debate público. A transparência de dados não basta sem mediação qualificada e linguagem acessível – ponto reforçado por Zuber et al. (2024), ao enfatizar a importância do “letramento orçamentário” como condição para o exercício pleno da cidadania fiscal.

Adicionalmente, a articulação com escolas públicas estaduais, especialmente por meio das Escolas Cidadãs Integrais, tem viabilizado a entrada do projeto no ambiente do ensino médio. Embora as oficinas ainda não tenham sido realizadas, a formalização de parcerias está em curso e abre caminho para ações formativas voltadas ao protagonismo juvenil e ao uso crítico de dados públicos. A construção dessa ponte entre juventude, educação fiscal e dados governamentais tem sido apontada como estratégica para a consolidação de democracias resilientes (Coutinho et al., 2024).

O reconhecimento do projeto também se expressa em premiações. Em 2025, o Observatório foi agraciado com o 2º lugar na categoria Academia do 5º Prêmio INAC de Integridade, promovido pelo Instituto Não Aceito Corrupção. Trata-se de um prêmio de abrangência nacional, que destaca iniciativas inovadoras no enfrentamento à corrupção e na promoção da integridade pública em diferentes esferas da sociedade. Essa conquista reforçou o caráter aplicado do artigo e consolidou o Observatório como uma prática de extensão universitária capaz de dialogar com os princípios da governança democrática, ao articular ensino, pesquisa, controle social e protagonismo juvenil em territórios vulnerabilizados.

Apesar desses avanços, desafios persistem. A realização das oficinas escolares ainda não foi iniciada, e limitações logísticas têm restringido a atuação em mais municípios. A ausência de parcerias com o setor privado também evidencia a necessidade de evoluir para uma atuação mais próxima do modelo da Tríplice Hélice. Ainda que a colaboração entre universidade e governo esteja consolidada, a inserção da iniciativa privada permanece como fronteira estratégica para ampliar o impacto e a sustentabilidade da ação extensionista.

No plano metodológico, o Observatório também tem se inspirado em experiências de extensão universitária que articulam engajamento comunitário, inovação social e práticas de intervenção territorial. Conforme discutem Sacramento, Meinheim e Raupp (2023), projetos de extensão com base territorial podem atuar como “sistemas sentinelas” da gestão pública, ao traduzirem dados complexos em linguagem acessível e promoverem sua circulação crítica entre grupos sociais historicamente excluídos. Essa perspectiva tem orientado a produção de relatórios do Observatório e a devolutiva dos dados analisados às comunidades escolares e instituições de controle, promovendo um ciclo virtuoso de aprendizado, denúncia e proposição.

Como argumentam Mardones et al. (2024), transformar dados públicos em *accountability* efetiva requer investimentos contínuos em mediação, formação e análise contextualizada. Os resultados alcançados pelo Observatório revelam avanços significativos nesse sentido, ao mesmo tempo em que indicam caminhos para inovação incremental, replicabilidade e fortalecimento de uma cultura cidadã fiscal, crítica e territorializada.

## **6. CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA-SOCIAL**

O Observatório de Gastos Públicos Paraibanos representa uma proposta inovadora de articulação entre dados públicos, juventude e cidadania fiscal. Sua contribuição tecnológica-social reside na criação de um modelo de extensão universitária que mobiliza tecnologias acessíveis, redes institucionais e espaços educativos para formar sujeitos críticos e engajados com a gestão pública.

Do ponto de vista tecnológico, o projeto opera como uma plataforma de letramento digital aplicado à gestão pública. Faz uso estratégico de bases governamentais — como os painéis de compras, SAGRES Online e o Portal da Transparência do TCE-PB — como insumo

pedagógico e ferramental analítico. A partir dessas fontes, os participantes são conduzidos à navegação orientada por dados reais, desenvolvendo competências críticas para identificar padrões de gasto, anomalias e gargalos de eficiência. Nesse processo, softwares de código aberto, como o R, são utilizados em oficinas com estudantes universitários, especialmente para construção de gráficos, painéis interativos e análises de eficiência baseadas na metodologia DEA.

Conforme destacam Mardones et al. (2024), tecnologias aplicadas à avaliação de políticas públicas só se tornam instrumentos de *accountability* quando incorporadas de forma situada e crítica por seus usuários. Nesse sentido, o Observatório atua como uma “tecnologia social de dados públicos”, que não apenas democratiza o acesso às ferramentas de análise, mas também promove sua apropriação cidadã, mesmo por públicos tradicionalmente excluídos dos processos decisórios.

Além disso, a proposta de uso formativo dos dados públicos está alinhada ao conceito de “inovação social pública”, entendido como a criação de soluções baseadas em evidências e orientadas ao bem comum (Sacramento; Meinheim; Raupp, 2023). Ao trabalhar com bases de dados oficiais e promover sua reinterpretação por meio de oficinas com estudantes e professores, o projeto amplia o repertório analítico das comunidades envolvidas e estimula a formulação de perguntas críticas sobre os padrões de gasto, prioridades orçamentárias e alocação de recursos públicos nos municípios.

No campo social, o projeto se fortalece ao estabelecer parcerias com Escolas Cidadãs Integrais da rede estadual da Paraíba. A partir dessas conexões, vêm sendo construídas oficinas formativas, rodas de diálogo, materiais pedagógicos e experiências de intervenção territorial, com foco na leitura crítica dos gastos públicos municipais. Esse movimento permite incorporar a dimensão escolar à cultura do controle social, conectando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de nº 4 (educação de qualidade), nº 10 (redução das desigualdades) e nº 16 (instituições eficazes, responsáveis e transparentes).

Adicionalmente, a colaboração com a Liga Acadêmica de Direito Criminal (LADCL) tem conferido profundidade normativa às análises, agregando dimensões de legalidade, tipificação de atos ilícitos e observância de princípios constitucionais nos estudos produzidos. Em paralelo, a articulação com a Rede Paraíba de Comunicação tem sido estratégica para garantir que os achados do Observatório não permaneçam restritos ao ambiente acadêmico, mas cheguem à população em linguagem acessível, fortalecendo o papel da imprensa como mediadora do interesse público.

O projeto, portanto, configura-se como um modelo aplicado da Quádrupla Hélice de inovação, reunindo universidade, órgãos de controle, escolas e mídia. Contudo, a ausência de articulação com o setor produtivo ainda se apresenta como uma limitação. Segundo Carayannis et al. (2022), ecossistemas inovadores mais robustos requerem a presença da iniciativa privada, que pode oferecer desde suporte técnico até estratégias de escalabilidade, potencializando a replicabilidade da experiência. Essa ausência restringe o avanço rumo à Quíntupla Hélice, que incorpora as dimensões ambiental e econômica de forma integrada.

A importância do letramento fiscal e da cultura pública de dados também é reforçada por Zuber, Zhou e McLaughlin (2025), que demonstram como a apropriação tecnológica pode transformar sistemas informacionais em plataformas de empoderamento cívico, especialmente em contextos de desigualdade. Já Coutinho et al. (2025) ressaltam que a alfabetização fiscal demanda mais do que acesso a *dashboards*: exige mediação institucional, tradução técnica e vinculação com os interesses concretos da população.

Por fim, a proposta do Observatório ancora-se nos princípios da extensão crítica (Pacheco; Ferreira, 2024), compreendida como prática dialógica, territorializada e horizontal de construção de saberes. Ao promover o encontro entre saber técnico, vivência comunitária e

atuação cidadã, o projeto transforma dados em sentido público, contribuindo para uma cultura de integridade, responsabilidade fiscal e protagonismo social.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita; PINHO, Bruno. Democracia, federalismo e capacidades estatais: os desafios da governança no Brasil contemporâneo. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 72, n. 2, p. 185–211, abr./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v72i2.5315>

ALMEIDA, Danielle Moura de; ZARDO, Luciana Alves. Do acesso à informação ao uso de dados abertos: reflexões para a efetividade do controle social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1161–1178, set./out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200054>

BALDISSERA, R.; ASTA, R. Panorama teórico e empírico do campo da extensão universitária no Brasil. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 59-72, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2020v11n2.61466>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 148, n. 222, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 8 jul. 2025.

CARDOSO, André Cezar; SILVA, Francisco Dantas da. A atuação do controle social na fiscalização dos gastos públicos municipais: avanços e desafios. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 328–345, mar./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200002>

CARDOSO, Raquel de Carvalho; SILVA, Maria Tereza Fonseca Dias da. Transparência pública e accountability: desafios da mediação institucional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 3, p. 496–517, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190017>

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. *Mode 3 Knowledge Production in Quadruple Helix Innovation Systems: 21st-Century Democracy, Innovation, and Entrepreneurship for Development*. New York: Springer, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-2062-0>

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other? *International Journal of Social Ecology and Sustainable Development*, v. 1, n. 1, p. 41–69, 2010.

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J.; REIS, Darlene. From Triple to Quintuple Helix innovation systems: Evolving models for sustainable and inclusive

knowledge ecosystems. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 174, 121018, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121018>

COUTINHO, F. et al. *Measuring fiscal literacy: experimental insights from citizens' engagement with public finance dashboards*. *Journal of Economic Psychology*, [S. l.], v. 101, art. 102633, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joep.2025.102633>. Acesso em: 4 jul. 2025.

DA SILVA, Antônio Carlos et al. Extensão universitária crítica: por uma educação transformadora. *Revista Pensata*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 89–105, 2020.

DA SILVA, Nathália Maciel; OLIVEIRA, Rômulo Gouveia; ALBUQUERQUE, Jéssica Almeida. Extensão universitária e formação cidadã: práticas emancipatórias para o controle social. *Revista Práticas em Extensão*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 87–101, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/praticasextensao/article/view/46625>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DIAS, M.; LIBERATO, P. *Fiscal transparency and electoral accountability: evidence from Brazilian municipalities*. *European Journal of Political Economy*, [S. l.], v. 82, art. 102413, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2024.102413>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FENNER, Ana Paula; VISENTINI, Juliane Bortoluzzi; SMOLSKI, Flávio da Silva. Transparência pública municipal: o caso dos portais da transparência de municípios do Rio Grande do Sul. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 3, p. 558–577, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210023>

FERNANDES, Ana Paula; MOREIRA, Ricardo; SANTOS, Lídia. Tecnologias sociais, juventude e extensão universitária: caminhos para a emancipação crítica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, n. 178, p. 134–155, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147026>

INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO. 5ª Edição do Prêmio INAC de Integridade – Regulamento. São Paulo: INAC, 2025. Disponível em: <https://naoaceitocorrupcao.org.br/premio-inac-2025>. Acesso em: 3 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perfil dos Municípios Brasileiros: Governança, Planejamento e Gestão Fiscal. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas municipal>. Acesso em: 9 jul. 2025.

JORGE, Maria Elizabete Marques; SILVA, Samara Oliveira da. Desenvolvimento sustentável e formação cidadã: a universidade como agente de transformação social. *Revista Extensão em Debate*, v. 3, n. 1, p. 119–131, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/76655>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LICÓRIO, Larissa Dantas; PEREIRA, Alessandro Silva; DUARTE, Flávio Santos. A participação cidadã em conselhos escolares e os desafios à educação fiscal no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, v. 44, p. 1–20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.266749>

MAGALHÃES, Mônica; COELHO, Cláudia. De volta ao mapa da fome no Brasil: o papel da educação fiscal no combate às desigualdades sociais. *Revista de Administração Pública*, v. 57, n. 2, p. 393–412, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220104>

MARDONES, C. I. et al. Public spending efficiency: a machine learning-based evaluation of local government services. *Journal of Economic Behavior & Organization*, [S. l.], v. 218, p. 64–81, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2024.06.013>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Edwin. *Do transparency laws increase accountability? Regulation & Governance*, v. 15, n. 1, p. 141–157, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/rego.12314>

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2018*. Paris: OECD Publishing, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264303705-en>

PACHECO, Bárbara; FERREIRA, Tadeu. Extensão crítica e coprodução de saberes: experiências formativas na universidade pública brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e030742, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.265242>

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2020*. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RAMOS, André Luiz. Impactos indiretos das instituições de controle na formação cidadã: uma análise da extensão universitária crítica. *Revista Brasileira de Administração Pública e Gestão Social*, v. 15, n. 3, p. 557–573, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21118/rbaps.v15n3.73316>

RAMOS, Felipe; ALBUQUERQUE, Jéssica. Extensão universitária e engajamento social: entre rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 45–62, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2022v13n1.16887>

SACRAMENTO, A. R. A.; MEINCHEIM, E. F. M.; RAUPP, F. M. Transparência dos recursos de emendas parlamentares federais: a atuação das universidades públicas como inovação social pública. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 294–320, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e73816>.

SIQUEIRA, Anna Carolina da; BERMEJO, Maria Lucia da Cunha; SILVA, Carlos Eduardo. Transparência pública de governos subnacionais: um estudo dos portais da transparência sob a ótica dos usuários. *Revista de Administração Pública*, v. 58, n. 1, p. 85–108, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220230024>

ZELUIZ, Leandro. Extensão transformadora e justiça social: práticas de resistência no ensino superior. *Revista Ea*, v. 31, n. 90, p. 23–45, 2021.

ZUBER, A.; ZHOU, Y.; MCLAUGHLIN, D. *Big data and the behavioral dynamics of fiscal accountability: a review and agenda for future research. Research in International Business*

*and Finance*, [S. 1.], v. 70, art. 102268, 2025. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2025.102268>. Acesso em: 10 jul. 2025.